

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Diário do Paraná

Class.:

Data:

29.01.81

Pg.:

Acordo decide questão de terras em 8 meses

A situação de 252 famílias de posseiros, que ocupam a Gleba Imóvel Iguacu, pode ser regularizada dentro de oito meses, se for concretizado o que ficou decidido num acordo firmado no último dia 21 na cidade de Palmas, entre os grileiros, a firma proprietária e o Instituto de Terras e Cartografia.

Durante entrevista coletiva, ontem, o assunto foi relatado pelo padre Natalício José Weschenfelder responsável pela paróquia de Palmas, que tem sido o principal mediador na solução do problema. Segundo ele, a situação é agora calma na região e se a firma Teófilo Cunha, proprietária da gleba, cumprir o acordo, tudo estará realmente resolvido.

O problema abalou por longo tempo a região, onde ocorreram nos últimos três anos cerca de 12 mortes, a última delas há quatro meses e somente no último mês surgiu uma possibilidade real de acerto entre as partes envolvidas, quando foi firmado o acordo.

TERMOS DO COMPROMISSO

São 3335 alqueires de terra na área litigiosa, sendo perto de 2500 deles ocupados pelas famílias de posseiros, que vivem no local há até 52 anos - no caso do mais antigo. De acordo com a decisão da reunião, em que esteve o representante da firma, Raul Messias, a terra serão compradas pelos posseiros, a partir de dois alqueires, pois até esse mínimo ela não custará nada.

De dois alqueires até 20, cada um custará 10 mil cruzeiros, pagáveis com 30 por cento de entrada e o restante em dois anos.

Durante a reunião, quando também participou o prefeito José Ferreira Almeida, ficou definido que a firma enviará ao Instituto de Terras e Cartografia uma carta constando as cláusulas do acordo, e o ITC procederá num prazo de 30 dias a demarcação da área.

Esse documento não chegou ao ITC, mas o padre Natalício crê não haver ainda maiores motivos para preocupação. Ele enfatiza, no entanto, que os posseiros foram categóricos em afirmar que só aceitam o acordo intermediado pelo Instituto de Terras e Cartografia (que eles chamam de INCRA).

Segundo o padre, os posseiros são muito unidos, a ponto de se mobilizarem, em 24 horas, para qualquer reunião, de seu interesse. Para o início do mês, está marcado um encontro entre eles. Não aceitam, porém, nenhuma alteração por parte da firma Teófilo Cunha.

ORIGEM DO CONFLITO

O conflito na gleba Imóvel Iguacu, distante 65 quilômetros de Palmas, é bem antigo, desde a época que os homens que a ocuparam aos poucos - afugentados das cidades vizinhas pela mecanização da lavoura - pensavam que ela era área devoluta. Há famílias que estão lá há 52 anos, outras 30, 18 ou menos tempo.

Em 1963 a firma Teófilo Cunha possuía apenas 8 alqueires na área, ocupados por uma serraria. Em 1966, montaram uma indústria de madeira, acabando por retirar toda a matéria-prima do local: cerca de sete mil imbuías, cinco mil pinheiros e mais outras milhares árvores brancas.

Como conta o padre Natalício, durante todo esse tempo, houve conflitos, até que em 1976 a firma se retirou. Há aproximadamente um ano, apresentando as escrituras de posse firmadas no cartório de Palmas - como o padre não sabe dizer - a Teófilo Cunha ameaçou retirar as famílias caso elas não se retirassem.

Nos últimos tempos, é que foram registrados mais problemas com os jagunços, que chegaram até a atirar por duas vezes no carro do padre Natalício, que sempre esteve envolvido no caso buscando uma solução.

Ele, também é coordenador estadual do CIMI, acredita que a situação vai se normalizar, pois num período de oito meses deverão ser passadas as escrituras aos 252 posseiros. "Essa negociação é muito boa para a região onde existem muitos latifúndios, e pode até se estender em outros lugares com problemas semelhantes, acentua o padre.

MANGUEIRINHA

Padre Natalício Weschenfelder deve ficar em Curitiba, hoje, para o culto ecumênico organizado pela Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) em memória do cacique Ângelo Cretã, de Mangueirinha, que deverá ocorrer às 19h30min na Igreja do Bom Jesus.

Sobre a situação da reserva indígena, o coordenador estadual do CIMI disse que os índios continuam aguardando a decisão judicial, sem tentar entrar nas terras novamente.

O novo cacique deverá ser eleito dentro dos próximos dias. Segundo o padre não há ainda nenhuma definição sobre quem será o novo chefe.